

Negócios milionários no Senado

LEANDRO COLON

DA EQUIPE DO CORREIO

Na berlinda da ética após a absolvição de seu presidente, Renan Calheiros (PMDB-AL), o Senado Federal demonstra não se preocupar com as suspeitas sobre empresas fornecedoras de mão-de-obra com as quais mantém contratos. No dia 26 de julho de 2006, uma operação da Polícia Federal prendeu empresários acusados de fraudar licitações públicas. A ação da PF foi batizada de Operação Mão-de-Obra. Entre os órgãos envolvidos, o Senado. Mais de um ano depois, a Casa não só manteve contratos com essas empresas suspeitas, como, nos últimos meses, dispensou nova licitação e os prorrogou para 2008.

A Ipanema Serviços Gerais e a Conservo Brasília Serviços não podem reclamar do Senado. As duas empresas, apontadas pelo Ministério Público em 2006 como integrantes de um esquema fraudulento e alvos de processos na

Justiça Federal, mantêm contratos milionários na Casa. Segundo o próprio Senado, a Conservo recebe R\$ 423.458,18 mensais para prestar serviços de “condução e manutenção veículos”. Esse contrato começou em 1º de junho do ano passado. Venceria no último dia 31 de maio.

A empresa não precisou se preocupar com as suspeitas. Não houve nova licitação. O Senado prorrogou o contrato até 31 de maio de 2008. O mesmo tratamento foi dispensado à Ipanema. De acordo com o Senado, a empresa mantém um contrato num valor total de R\$ 2.152.363,88 para prestar serviços de mão-de-obra indireta na Secretaria de Comunicação Social e em outras unidades. A relação com o Senado deveria terminar em março. Mas, assim como no caso da Conservo, um aditivo prorrogou o contrato. Desta vez, até 30 de março do ano que vem.

A Conservo foi apontada pela PF como o centro de um esque-

Paulo H. Carvalho/CB



AGACIEL MAIA DIZ QUE SE FOSSE FEITO UM NOVO CONTRATO, OS PREÇOS SUBIRIAM

ma de fraudes em licitações que envolveria outras empresas, como a Ipanema, e funcionários públicos. A segunda agiria como parceira da primeira. Funcionários públicos seriam procurados pelos donos dessas empresas e, em troca de propina, ajudariam

a fraudar as licitações.

A Conservo responde a, pelo menos, quatro ações na Justiça Federal ligadas a irregularidades em licitações. Seu dono, Victor João Cugola, ficou 22 dias preso na Superintendência da PF no ano passado. Já a Ipanema apa-

rece em ações de improbidade administrativa e fraudes em licitações. O proprietário da empresa, José de Carvalho Araújo, fez companhia ao dono da Conservo na PF por 10 dias. A reportagem procurou os donos das empresas, mas não os localizou para comentar o assunto.

Madrugada

No ano passado, na época da operação da PF, o procurador Luciano Rolim acusou Renan Calheiros de ser informado com antecedência da ação da polícia envolvendo o Senado. Seria uma informação privilegiada do Ministério da Justiça ao presidente do Senado. A polêmica foi criada porque Renan designou o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, para acompanhar os policiais. O problema foi que Maia também era alvo da PF. A polícia suspeitava do envolvimento dele com essas empresas. Na época, ele e o senador negaram o privilégio. Suspeitou-se da possibilidade de alguém ter retirado, na madru-

gada anterior à operação da PF, documentos ligados a essas empresas. Em entrevista coletiva, um advogado do Senado negou essa possibilidade.

O Correio procurou o primeiro-secretário da Casa, senador Efraim Morais (DEM-PB), responsável pelos contratos. O senador informou que o diretor-geral poderia falar sobre o assunto. “Eu confio na equipe de assessores jurídicos”, disse o senador. Já Agaciel Maia procurou minimizar. Argumentou que a lei permite a prorrogação por até cinco anos sem licitação. E a suspeita sobre essas empresas? “Não há condenação. Toda empresa que participa de licitação sofre investigação”, disse Maia. Ele ainda deu uma outra justificativa: se o Senado fizesse uma nova licitação ao fim dos contratos neste ano, correria o risco de pagar um preço maior do que já paga às atuais empresas, embora elas estejam sob investigação da Justiça. “Quem pagaria esse preço superior? Os cofres públicos”, afirmou Maia.